

# Ações da Diretoria de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana de Terreiros (2024)

Trajetória, ações Interministeriais e construção de Política



GOVERNO FEDERAL  
**MIR BRASIL**  
MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

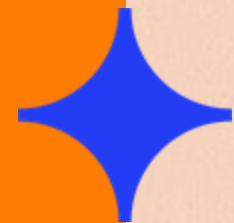




# Apresentação

A **Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT)**, integrante do Ministério da Igualdade Racial (MIR), tem como competência atuar na coordenação, formulação, planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para esses povos e comunidade tradicionais.

Em articulação interministerial e intersetorial a SQPT promoverá a criação de mecanismos de avaliação e análise de formulação e de execução de planos, programas e ações estratégicas. As ações desenvolvidas aqui visarão criar mecanismos que garantam a execução das políticas de forma adequada, para que possam ser acessadas por todos os povos a qual compete a secretaria.



# DPTMAT

Diretoria de Políticas para Comunidade e Povos de Matrizes Africana e Povos de Terreiros

A Diretoria de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros (DPMAT) faz parte da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT), integrantes do Ministério da Igualdade Racial (MIR), tem como competência atuar na **coordenação, formulação, planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para esses povos e comunidade tradicionais** .



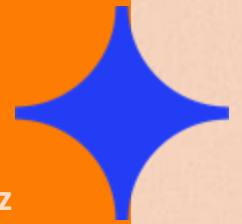
**POLÍTICA NACIONAL PARA POVOS E COMUNIDADES  
TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA DE TERREIROS -  
PNPMAT**





# Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana de Terreiros

- ◆ **Objetivo:** A Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana de Terreiros tem a finalidade de promover medidas intersetoriais para a garantia dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Povos de Terreiro no País, por meio da promoção da igualdade racial, da liberdade religiosa, do diálogo interreligioso, do reconhecimento, do respeito e da valorização dos saberes, fazeres e práticas dos povos tradicionais e da superação do racismo religioso.
- ◆ **Estratégia:** implementar ações transversais por meio de atuação intersetorial.
- ◆ **Eixos:** I – acesso a direitos; II – enfrentamento ao racismo religioso; e III – fortalecimento territorial e inclusão produtiva.



# Trajetoária da constru o da Política

- ◆ Grupo de Trabalho Interministerial Instituído pelo Decreto n 11.446/2023
- ◆ Coordena o conjunta: MIR, MINC, MDHC
- ◆ Processos participativos:
  - Série de Encontros Regionais Abre Caminhos pelo Brasil realizado nas 05 regiões do país. Foram mobilizadas mais de dois mil pessoas. Cerca de 700 pessoas entre representantes desses povos e gestores estaduais, distritais e municipais, culminando;
  - Seminário Interreligioso com representantes de diversas religiões e pesquisadores do tema que contribuíram no diagnóstico;
  - Seminário Nacional Abre Caminhos – reuniu representantes das 5 redes dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro para aprecia o da primeira versão da Minuta do Decreto de cria o da política.
  - Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e de Terreiros – Reuniu representantes de mais de 5 redes dos Povos para discussão e valida o das iniciativas e estratégias para consolida o da Política.
- ◆ Contribui es técnicas ao diagnóstico: Programa das Na es Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

# Trajetória da construção da Política

- Retomada do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro.
- Continuidade do combate do Racismo Religioso como eixo da Política Nacional, tendo em vista o potencial apresentado nas ações da DPTMAT e do Governo Federal;

Dados Racismo Religioso no Brasil				
	Dados Disque 100 (2021)	Dados Disque 100 (2022)	Dados Disque 100 (2023)	Dados Disque 100 (out/2024)
<b>Total Nacional</b>	225 casos	133 casos	59 casos	204 casos
	Fonte 1: II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe. 2023 (Dados dos anos 2020 e 2021)			
	Fonte 2: Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Out. 2023. (Dados dos anos 2022 e 2023)			

Garantia de acesso aos direitos.

# POLÍTICA NACIONAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA E DE TERREIRO



## Princípios - 06

- I - o direito à autodeterminação, autoidentificação e a ancestralidade;
- II - o respeito ao modo de vida tradicional, aos saberes, fazeres e às práticas dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro;
- III - a proteção das organizações religiosas de Matriz Africana, bem como de seus praticantes, contra a discriminação e a violência;
- IV - a restituição de danos decorrentes das violências causadas pelo Racismo Religioso;
- V - a participação social e o controle social; e
- VI - a justiça e a solidariedade no âmbito nacional e internacional.

## Diretrizes - 07

- I - a transversalidade de gênero e de raça;
- II - o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, à segurança, à agricultura sustentável, à água potável, à energia limpa e acessível, à assistência e ao bem-estar social, à paz e à justiça;
- III - inviolabilidade da integridade territorial;
- IV - da liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado na forma da lei;
- V - o livre exercício dos cultos religiosos e salvaguarda dos locais de culto e a suas liturgias;
- VI - o reconhecimento e a valorização da ancestralidade dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro como parte constituinte da nação brasileira; e
- VII - a intersetorialidade como fundamento essencial para o cumprimento das iniciativas propostas por este programa



# Dimensões da trajetória política dos povos de matriz africana e de terreiros por direitos



Garantia de acesso aos direitos existentes e estabelecidos, bem como a criação de novos;



**EIXO 1**  
**Acesso a direitos**



Política de enfrentamento e superação do racismo religioso;



**EIXO 2**  
**Enfrentamento ao Racismo religioso**



Desenvolvimento Sustentável dos Povos de Matriz africana e de Terreiro .



**EIXO 3**  
**Fortalecimento territorial e inclusão produtiva**





## Estágio atual de Política

- ◆ Pactuada por 09 Ministérios;
- ◆ Elaboração do Parecer das Conjur dos Ministérios que farão parte do Comitê Gestor;
- ◆ Faltam 04 que consideramos importantes para transversalização da Política;



## Ações para implementação da PNPMAT

### **Acordo de Adesão com entes federativos**

Visando formalizar responsabilidade na elaboração de estratégias e ações locais para o desenvolvimento da Política.

### **Acordo de Cooperação Técnica MIR - MinC**

### **Acordo de Cooperação Técnica MIR - MJSP**

### **Acordo de Cooperação Técnica MIR - MS**

### **Acordo de Cooperação Técnica MIR - MDHC**

### **Acordo de Cooperação Técnica MIR - MDS**



**Luzineide Miranda Borges | Diretora**  
**[luzi.borges@igualdaderacial.gov.br](mailto:luzi.borges@igualdaderacial.gov.br)**

**Sarah Nascimento dos Reis | Coordenadora**  
**[sarah.reis@igualdaderacial.gov.br](mailto:sarah.reis@igualdaderacial.gov.br)**

**MIR**  
MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

